



# TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

**Analista Judiciário**

**Área Administrativa**

Caderno de Prova, Cargo 02, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo:  A  B  C  D  E
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Março/2008

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Português**

**Atenção:** As questões de números 1 a 20 referem-se ao texto que segue.

**Pessimismo e otimismo**

*Achar que um pessimista pode ser um tipo interessante é coisa de otimistas – e eu assino embaixo. Confesso, aliás, que tenho uma séria inclinação para o pessimismo, mas entendo que ela se deve, justamente, à porção de otimismo que também está em mim. Não, leitor, não alimento o prazer de formular paradoxos gratuitos; deixe-me fundamentar este.*

*Os otimistas costumam achar muita graça no mundo, seja porque já a encontraram, seja porque estão certos de que ainda a encontrarão. Mas às vezes esse otimismo é tão grande que passa a ser demasiado exigente, e só se contentará com o êxtase da suprema felicidade. Como esta é raríssima, e quando chega costuma ser passageira, o otimista passa a temperar sua expectativa com um pouco de pessimismo só para engrandecer ainda mais o êxtase almejado. Complicado? Mas quem disse que somos simples?*

*Outro dia recortei da Internet este fragmento de um blog, que vai um pouco na direção das minhas convicções:*

*Penso que a maioria das pessoas tende a associar pessimismo a inatividade e paralisia, e otimismo a entusiasmo e iniciativa. Via de regra, é precisamente o oposto que é verdadeiro: em seu deslumbramento, os otimistas, que diante de tudo se ofuscam, a nada se apegam. Por outro lado, em sua lucidez, aos pessimistas é dado enxergar na escuridão a imagem do que lhes seria essencial, e sentem-se como ninguém compelidos a agarrar-se a ela.*

*É isso. O pessimista não é inimigo das idealizações, muito pelo contrário. E alguém já disse: Sou pessimista de cabeça e otimista de coração. A frase é esperta, pois leva a admitir um convívio ameno entre as inclinações para a mais rigorosa lucidez e para a mais generosa sensibilidade. Mas é também verdadeira: qualquer um de nós pode admiti-lo durante a simples operação de folhear um jornal. O homem-bomba resolveu sacrificar-se na companhia de quinze adversários políticos? A humanidade não tem jeito. O pequeno e sofrido país asiático teve sua independência reconhecida e amparada pela ONU? Nem tudo está perdido. No noticiário da TV, e ao vivo: o marido enciumado seqüestrou a própria mulher e ameaça matá-la diante das câmeras? O mundo é mesmo um horror... Horas depois, ainda ao vivo, o homem depõe a arma e entrega-se à polícia, aos prantos? Esta vida é comovente...*

*Pensando agora em nosso país: haverá algum outro que tantas razões dê a seus cidadãos para serem otimistas e pessimistas a um tempo? Parece já fazer parte da nossa cultura esse amálgama de expectativas contrárias: ora “o Brasil não tem jeito mesmo”, ora “este é o melhor país do mundo”. Diante*

*dos extremos, as pessoas sensatas recomendam o equilíbrio que nega as polaridades, pois “a verdade está no meio”. Pois eu prefiro manter a opinião de que a verdade dos otimistas é, no fundo, uma aliada da verdade dos pessimistas. A prova de que não somos uma coisa só está em cada dia que amanhece: o leitor acordou hoje pessimista ou otimista? Seja qual for a resposta, só posso lhe dizer: – Conserve-se assim, e até amanhã.*

(Sérgio Ruiz Taborda)

1. Considerando-se o contexto, pessimismo e otimismo são considerados pelo autor do texto como inclinações

- (A) alternadas e inconciliáveis.
- (B) contraditórias e complementares.
- (C) opostas e inconciliáveis.
- (D) definitivas e excludentes.
- (E) equivalentes e harmônicas.

2. Os pessimistas não são inimigos das idealizações porque, no fundo, eles

- (A) as preservam como o parâmetro de uma negatividade essencial.
- (B) as descartam apenas para um maior desfrute dos prazeres cotidianos.
- (C) lhes atribuem a virtude de nos encerrar numa prazerosa imobilidade.
- (D) lhes atribuem a faculdade de relativizar o valor das altas expectativas.
- (E) as consideram um caminho seguro para a experiência dos êxtases.

3. Considere as seguintes afirmações:

- I. O autor do texto justifica a formulação de paradoxos gratuitos ao considerá-la um válido e necessário recurso estilístico.
- II. A introjeção de algum pessimismo num otimista deve-se, por vezes, a um altíssimo grau de expectativa por êxtases supremos.
- III. Os jornais e os noticiários de TV levam-nos a emoções ambivalentes porque nosso humor é extremamente variável.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

4. Considerando-se o contexto, encontram-se numa relação **opositiva** os seguintes elementos do texto:

- (A) *esta é raríssima / costuma ser passageira.*
- (B) *demasiado exigente / rigorosa lucidez.*
- (C) *seu deslumbramento / sua lucidez.*
- (D) *convívio ameno / generosa sensibilidade.*
- (E) *nossa cultura / amálgama de expectativas contrárias.*

<p>5. Considerando-se o contexto, traduz-se com equivalência o sentido de uma expressão do texto em:</p> <p>(A) <i>eu assino embaixo</i> = retifico o que está acima.</p> <p>(B) <i>temperar sua expectativa</i> = apurar sua confiança.</p> <p>(C) <i>inimigo das idealizações</i> = infenso ao pragmatismo.</p> <p>(D) <i>amálgama de expectativas contrárias</i> = eliminação das contradições.</p> <p>(E) <i>nega as polaridades</i> = recusa os extremos.</p>	<p>9. Do mesmo modo como a expressão <i>prazer de formular paradoxos</i> equivale, no contexto, a <b>prazer da formulação de paradoxos</b>, assim também equivalerá a</p> <p>(A) <i>tenho uma séria inclinação para o pessimismo</i> a expressão <b>inclina-me seriamente o pessimismo</b>.</p> <p>(B) <i>costumam achar muita graça no mundo</i> a expressão <b>costumam engrajar muito o mundo</b>.</p> <p>(C) <i>só para engrandecer ainda mais o êxtase</i> a expressão <b>só para um engrandecimento ainda maior do êxtase</b>.</p> <p>(D) <i>sentem-se como ninguém compelidos a agarrar-se</i> a expressão <b>sentem-se como que compulsivos em agarrar-se</b>.</p> <p>(E) <i>leva a admitir um convívio ameno</i> a expressão <b>é levado a admitir haver ameno convívio</b>.</p>
<p>6. A frase que admite transposição para a voz passiva é:</p> <p>(A) <i>A prova de que não somos uma coisa só está em cada dia que amanhece.</i></p> <p>(B) <i>Outro dia recortei da Internet este fragmento de um blog (...).</i></p> <p>(C) <i>A humanidade não tem jeito.</i></p> <p>(D) <i>O pessimista não é inimigo das idealizações, muito pelo contrário.</i></p> <p>(E) <i>Nem tudo está perdido.</i></p>	<p>10. O pessimista não é <u>inimigo das</u> idealizações, pois tem <u>apego pelo que</u> lhe parece essencial.</p> <p>A frase acima permanecerá correta caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) adverso nas - atração no que</p> <p>(B) imune com as - afinidade do que</p> <p>(C) contendor às - proximidade com o que</p> <p>(D) hostil às - afeição ao que</p> <p>(E) contrário das - inclinação do que</p>
<p>7. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:</p> <p>(A) O que há de mais terrível nas cenas de violência transmitidas pela TV estão nas reações de indiferença de alguns espectadores.</p> <p>(B) Não se devem responder aos sacrifícios humanos com o cinismo de quem se julga superior.</p> <p>(C) Não se levante contra o pessimista as acusações de imobilismo moral e inseqüência política.</p> <p>(D) Ainda que não houvessem outras razões, o surdo idealismo dos pessimistas bastaria para os aceitarmos.</p> <p>(E) Os otimistas não julguem os pessimistas, nem estes àqueles, pois ambos convergem para alguma forma de idealismo.</p>	<p>11. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) O marido enciumado conviu, por fim, em depor a arma e libertar a esposa, a quem vinha ameaçando diante das câmeras.</p> <p>(B) Seria preciso que se revissem os parâmetros éticos de alguns violentos noticiários que vêm assolando a programação da TV.</p> <p>(C) Serão bem-vindas todas as iniciativas que se proporem a melhorar a qualidade dos noticiários de TV.</p> <p>(D) A independência que os habitantes do Timor Leste obtiveram foi reconhecida pela ONU; espera-se que venha a consolidar-se.</p> <p>(E) Se um otimista não se conter, sua expectativa de êxtase cresce tanto que ele acaba por se juntar aos pessimistas.</p>
<p>8. O elemento sublinhado em</p> <p>(A) (...) <i>otimistas e pessimistas a um tempo</i> exclui a possibilidade de ambivalência. (6º parágrafo)</p> <p>(B) (...) <i>compelidos a agarrar-se a ela</i> refere-se ao antecedente <b>escuridão</b>. (4º parágrafo)</p> <p>(C) (...) <i>otimismo que também está em mim</i> exclui o antecedente <b>pessimismo</b>. (1º parágrafo)</p> <p>(D) (...) <i>deixe-me fundamentar este</i> refere-se ao antecedente <b>prazer</b>. (1º parágrafo)</p> <p>(E) <i>Mas é também verdadeira</i> (...) refere-se ao antecedente <b>frase</b>. (5º parágrafo)</p>	<p>12. Está inteiramente clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) O Brasil é um país que sucita posições extremadas; ele inclui tanto a admiração como a depreciação, entre os brasileiros.</p> <p>(B) Ora parece que a humanidade não tem jeito, e vice-versa; nesses dilemas entre otimismo e o pessimismo vivemos todos.</p> <p>(C) Muitos homens se valem da crença religiosa para se auto-sacrificarem em protesto político, em cujo também morrem vários inocentes.</p> <p>(D) Não obstante o pessimismo, os otimistas também podem ter momentos em que se manifestam em meio à uma grande insatisfação.</p> <p>(E) Com a irônica frase final, o autor do texto sugere que o pessimismo e o otimismo podem ser considerados simples variações do nosso humor.</p>

<p>13. No fragmento do <b>blog</b> citado no texto, as expressões <i>via de regra</i> e <i>por outro lado</i> estão empregadas, respectivamente, com o sentido de</p> <p>(A) rigorosamente - ainda assim          (B) habitualmente - por sua vez          (C) invariavelmente - tanto assim que          (D) indiscutivelmente - de outro modo          (E) esporadicamente - haja vista que</p>	<p>17. Está correta a forma de <b>ambos</b> os elementos sublinhados na frase:</p> <p>(A) Ela não nos disse <u>por que</u> razão tornou-se uma otimista; e se ela tornar ao seu pessimismo, será que nos explicará <u>por quê</u>?          (B) A razão <u>porque</u> muitos se tornam pessimistas está no mundo violento de hoje; <u>por que</u> outra razão haveriam de se desenganar?          (C) “<u>Por que</u> sim”: eis como respondem os mais impacientes, quando lhes perguntamos <u>porque</u>, de repente, se tornaram otimistas.          (D) Sem mais nem <u>porquê</u>, ele passou a ver o mundo com outros olhos, dizendo que isso aconteceu <u>por que</u> encontrara a verdade na religião.          (E) Não sei o <u>por que</u> do seu pessimismo; <u>porque</u> você não me explica?</p>
<p>14. A frase cuja pontuação está inteiramente correta é:</p> <p>(A) Momentos de extrema felicidade, sabe-se, costumam ser raros e efêmeros; por isso, há quem busque tirar o máximo proveito de acreditar neles e antegozá-los.          (B) É muito comum que as pessoas valendo-se do senso comum, vejam o pessimismo e o otimismo como simples oposições: no entanto, não é esta a posição do autor do texto.          (C) Talvez, se não houvesse a expectativa da suprema felicidade, também não haveria razão para sermos pessimistas, ou otimistas, eis uma sugestão, das entrelinhas do texto.          (D) O autor nos conta que outro dia, interessou-se por um fragmento de um <b>blog</b>; e o transcreveu para melhor explicar a relação entre otimismo e pessimismo.          (E) Quem acredita que o pessimismo é irreversível, não observa que, na vida, há surpresas e espantos que deveriam nos ensinar algo, sobre a constante imprevisibilidade de tudo.</p>	<p>18. Todas as palavras estão corretamente grafadas na frase:</p> <p>(A) Ela não crê em rixa, mas em complementaridade entre o pessimismo e o otimismo, admitindo, assim, flexibilização das sensações humanas.          (B) As sensações espectantes produzem, entre os mais pessimistas, muito temor, e entre os otimistas, uma gososa, deleitosa ansiedade.          (C) Algumas pessoas não admitem hesitação ou abstenção, quando nos inquirim: você se arroula entre os pessimistas ou entre os otimistas?          (D) Em tese, não se deve privilegiar o otimismo ou o pessimismo; esses humores não reinvidicam, por si mesmos, nenhuma hegemonia.          (E) O autor do texto se apoia na tese segundo a qual não se deve descriminar em definitivo entre o pessimismo e o otimismo.</p>
<p>15. (...) em seu <i>deslumbramento</i>, os <i>otimistas</i>, que <i>diante de tudo se ofuscam</i>, a <i>nada se apegam</i>.</p> <p>Mantêm-se as articulações lógicas da frase acima nesta outra redação:</p> <p>(A) A nada se apegam, em seu deslumbramento, os otimistas, conquanto se ofuscam com tudo.          (B) Os otimistas, em seu deslumbramento, a nada se apegam, para que diante de tudo se ofusquem.          (C) Diante de tudo se ofuscam os otimistas, em seu deslumbramento, e a nada se apegam.          (D) Mesmo quando se ofuscam diante de tudo, em seu deslumbramento, os otimistas a nada se apegam.          (E) Em seu deslumbramento, diante de tudo se ofuscam os otimistas quando a nada se apegam.</p>	<p>19. Há rigorosa observância das normas que determinam o uso do sinal de crase em:</p> <p>(A) A medida que afere o otimismo pode também avaliar o pessimismo, pois àquela ou à esta sensação corresponde alguma dose de idealismo.          (B) O texto não nos leva à paradoxos gratuitos, mas à necessidade de reconhecer uma intersecção entre o otimismo e o pessimismo.          (C) Cabe às pessoas decidir, à cada experiência, se lhes convém entregar-se à determinada sensação, a determinado humor.          (D) O otimismo não fica à léguas do pessimismo; tendem ambos à convergir, conforme comprovam nossas próprias experiências.          (E) Não assiste às ciências positivas o direito de aspirar à definição cabal da fronteira entre o pessimismo e o otimismo.</p>
<p>16. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:</p> <p>(A) Nem bem o autor acabou de ler o texto daquele <b>blog</b> e encontrara nele idéias que se assemelhassem às suas.          (B) Se todos fossem otimistas de coração, não haverá razão para que se lamente o pessimismo que se aloje na consciência.          (C) Por mais que o autor insistiu em sua tese, eu não deixava de manter a clássica divisão entre pessimistas e otimistas.          (D) Se o marido continuasse a insistir em ameaçar a esposa que julgasse trai-lo, certamente os policiais terão tomado enérgicas providências.          (E) Uma vez transmitida a notícia de que o presidente do pequeno país asiático sofrera um atentado, houve grandes e indignados protestos.</p>	<p>20. O verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do <b>plural</b> para preencher corretamente a frase:</p> <p>(A) As razões a que se ..... (<b>apegar</b>) o maior dos pessimistas podem ser análogas às do maior otimista.          (B) Se lhes ..... (<b>convir</b>) preferir os pessimistas aos otimistas, aceitemos o fato.          (C) Para as pessoas mais sensatas, ..... (<b>implicar</b>) sérios riscos a drástica divisão entre pessimistas e otimistas.          (D) A qualquer pessoa ..... (<b>poder</b>) ocorrer, neste tempo de radicalismos, argumentos em favor da mais pessimista expectativa histórica.          (E) Aos velhos cétricos não se ..... (<b>costumar</b>) associar, em geral, senão o pessimismo impenitente dos que muito se amarguraram.</p>

<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</b></p>	
<p>21. Receita pública classifica-se em dois grupos denominados receitas</p> <p>(A) correntes e de capital.                      (B) orçamentária e extra-orçamentária.                      (C) patrimonial e extra-orçamentária.                      (D) patrimonial e tributária.                      (E) orçamentária e de capital.</p>	<p>26. Considere as seguintes ações do ciclo PDCA:</p> <p>I. monitorar e medir os processos e produtos em relação às políticas, objetivos e requisitos para o produto e registrar os resultados;</p> <p>II. melhorar o desempenho dos processos.</p> <p>Estas ações relacionam-se, respectivamente, com as fases de:</p> <p>(A) ações corretivas e desenvolvimento.                      (B) planejamento e ações corretivas.                      (C) planejamento e desenvolvimento.                      (D) controle e ações corretivas.                      (E) planejamento e controle.</p>
<p>22. Considere as seguintes dotações financeiras e suas destinações:</p> <p>I. aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;</p> <p>II. aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas quando a operação não importe em aumento de capital;</p> <p>III. constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.</p> <p>Estas dotações classificam-se como</p> <p>(A) investimentos.                      (B) inversões financeiras.                      (C) transferências a instituições privadas.                      (D) despesas de custeio.                      (E) transferências correntes.</p>	<p>27. Identificar, compreender e gerenciar os processos inter-relacionados como um sistema contribui para a eficácia e a eficiência da organização no sentido desta atingir seus objetivos. Este é um dos princípios de gestão da qualidade que se refere à</p> <p>(A) abordagem sistêmica para a gestão.                      (B) abordagem de processo.                      (C) melhoria contínua.                      (D) abordagem factual para a tomada de decisão.                      (E) capacidade de envolvimento das pessoas.</p>
<p>23. O empenho utilizado para os casos de despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamentos é uma modalidade denominada</p> <p>(A) subempenho.                      (B) empenho ordinário.                      (C) empenho por estimativa.                      (D) empenho normal.                      (E) empenho global.</p>	<p>28. O índice de rotatividade da empresa AlfaMetro em 2007 foi igual a 4%. Considerando-se que no mês de janeiro de 2007 o quadro de pessoal era de 520 empregados e em dezembro de 2007 era de 480 empregados, a área de recrutamento e seleção deverá ser acionada para contratar</p> <p>(A) 20 empregados.                      (B) 21 empregados.                      (C) 27 empregados.                      (D) 38 empregados.                      (E) 40 empregados.</p>
<p>24. Restos a pagar de despesas processadas são aqueles cujo empenho foi entregue ao credor mediante o fornecimento do material, serviço ou obra e a despesa foi considerada</p> <p>(A) liquidada.                      (B) paga.                      (C) subempenhada.                      (D) fixada.                      (E) estimada.</p>	<p>29. Pela Teoria da Motivação de Herzberg, estilo de supervisão, políticas empresariais, condições ambientais, relações interpessoais, status, remuneração e vida pessoal são chamados fatores</p> <p>(A) de auto-estima.                      (B) motivacionais.                      (C) fisiológicos.                      (D) higiênicos.                      (E) de poder.</p>
<p>25. Elaboração, estudo/aprovação, execução e avaliação são seqüências das etapas desenvolvidas pelo processo orçamentário denominado</p> <p>(A) plano de diretrizes orçamentárias.                      (B) plano plurianual.                      (C) ciclo orçamentário.                      (D) plano de orçamentos anuais.                      (E) sistema de planejamento integrado.</p>	<p>30. No processo de planejamento, a estratégia da empresa voltada para a dominação de um segmento de mercado que ela atua, concentrando os seus esforços e recursos na preservação de algumas vantagens competitivas, denomina-se estratégia de</p> <p>(A) estabilidade.                      (B) nicho.                      (C) sobrevivência.                      (D) especialização.                      (E) expansão.</p>

<p>31. No planejamento estratégico, a análise externa tem por finalidade estudar a relação existente entre a empresa e seu ambiente em termos de</p> <p>(A) oportunidades e ameaças.                  (B) pontos fortes e pontos fracos.                  (C) oportunidades e pontos fortes.                  (D) ameaças e pontos fortes.                  (E) pontos fracos e oportunidades.</p>	<p>37. O ato administrativo discricionário pelo qual a Administração Pública outorga a alguém, que para isso se interesse, o direito de realizar certa atividade material que sem ela lhe seria vedada, caracteriza a</p> <p>(A) autorização.                  (B) licença.                  (C) concessão.                  (D) permissão.                  (E) aprovação.</p>
<p>32. O conjunto de valores em vigor numa empresa, suas relações e sua hierarquia, definindo os padrões de comportamento e de atitudes que governam as ações e decisões mais importantes da administração, denomina-se</p> <p>(A) estratégia empresarial.                  (B) estrutura organizacional.                  (C) comunicação empresarial.                  (D) liderança situacional.                  (E) cultura organizacional.</p>	<p>38. Encontrando-se entre os poderes administrativos, o poder discricionário é</p> <p>(A) a faculdade de que dispõem o Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos, de explicar a lei para a sua correta execução.                  (B) a liberdade que o administrador tem para decidir de acordo com a sua consciência, mesmo que a decisão seja contrária à lei.                  (C) o que a lei confere à Administração para a prática de ato de sua competência determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.                  (D) o de que dispõe o Poder Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos e de ordenar e rever a atuação dos seus agentes.                  (E) o que o Direito concede à Administração para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha da sua conveniência, oportunidade e conteúdo.</p>
<p>33. O Princípio de Administração “Cada subordinado recebe ordens e presta contas somente a um superior” refere-se ao princípio:</p> <p>(A) cadeia escalar.                  (B) unidade de direção.                  (C) unidade de comando.                  (D) estabilidade do pessoal.                  (E) manter a disciplina.</p>	<p>39. Considerando a responsabilidade civil do Estado e a aplicação da responsabilidade objetiva, é correto afirmar:</p> <p>(A) Se o dano for causado por omissão e não por ação do agente, o Estado não está obrigado a reparar o dano ou de indenizar o terceiro prejudicado.                  (B) O Estado só responderá por danos causados pelos seus agentes a terceiros, se provado que aqueles agiram com dolo ou culpa.                  (C) O Estado responderá pelos danos causados a terceiros se decorrentes de fenômenos da natureza ou provocados por terceiros, porque a responsabilidade civil é objetiva.                  (D) A culpa da vítima, mesmo que exclusiva, não exclui a responsabilidade civil do Estado, porque essa é objetiva.                  (E) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público responderão pelos danos que os seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, independentemente da prova de culpa no cometimento da lesão.</p>
<p>34. Organizações onde a remuneração é o principal meio de controle são denominadas organizações do tipo</p> <p>(A) funcionais.                  (B) coercitivas.                  (C) normativas.                  (D) utilitárias.                  (E) matriciais.</p> <p>35. A capacidade de compreender e lidar com a complexidade da organização como um todo e de usar o intelecto para formular estratégias é uma habilidade gerencial classificada como habilidade</p> <p>(A) técnica.                  (B) conceitual.                  (C) humana.                  (D) empreendedora.                  (E) de liderança.</p>	<p>40. O controle administrativo da Administração Pública é</p> <p>(A) exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas.                  (B) o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública exerce sobre sua própria atuação.                  (C) exercido pelo Ministério Público por meio da ação civil pública.                  (D) exercido pelo Poder Judiciário por meio de ações judiciais.                  (E) uma forma de controle externo.</p>
<p>36. A revogação do ato administrativo</p> <p>(A) ocorre quando, sendo o ato ilegal, não mais convir à Administração a sua existência.                  (B) é sempre feita pelo Poder Judiciário.                  (C) ocorre quando, sendo o ato legal, não mais convir à Administração a sua existência.                  (D) ocorre desde que, a pedido do administrado o qual se sinta lesado.                  (E) tem efeito retroativo, voltando no tempo até à data da sua expedição.</p>	

<p>41. Para fins da Lei nº 8.112 de 11/12/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, analise:</p> <p>I. A reintegração é a reinvestidura de servidor no cargo anteriormente ocupado, ou em cargo vago, quando invalidada a sua demissão, desde que por decisão judicial, com ou sem ressarcimento de vantagens.</p> <p>II. Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado, sendo que a reversão por invalidez ocorre quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.</p> <p>III. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade pode ser feita mediante aproveitamento ou substituição em qualquer cargo, com atribuições e vencimentos a critério da Administração.</p> <p>IV. O estágio probatório ficará suspenso, dentre outros casos, durante certas licenças e afastamentos para serviços em organismo internacional de que o Brasil participe ou coopere, e será retomado a partir do término do último impedimento.</p> <p>Nesses casos, APENAS são corretos:</p> <p>(A) I, III e IV.          (B) II e III.          (C) I e IV.          (D) II e IV.          (E) I, II e III.</p>	<p>44. De acordo com a Lei nº 9.784/99, o órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências. Quanto à data de comparecimento, a intimação observará a antecedência mínima de</p> <p>(A) cinco dias.          (B) três dias.          (C) dez dias.          (D) quinze dias.          (E) trinta dias.</p>
<p>42. É certo que, a ajuda de custo do servidor público federal será calculada sobre a sua remuneração, conforme dispuser em regulamento,</p> <p>(A) não podendo exceder a importância correspondente a 3 (três) meses.          (B) devendo ser fixada no valor de 15 (quinze) a 45 (quarenta e cinco) dias.          (C) não podendo exceder a importância correspondente a 4 (quatro) meses.          (D) devendo ser fixada no valor de 15 (quinze) a 30 (trinta) dias.          (E) não podendo exceder a importância correspondente a 2 (dois) meses.</p>	<p>45. Com relação à instrução do processo, segundo a Lei nº 9.784/99, quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará</p> <p>(A) no reconhecimento da verdade dos fatos.          (B) na pena de multa no valor correspondente a dois salários mínimos vigentes.          (C) no arquivamento do processo.          (D) na renúncia de direito pelo administrado.          (E) na pena de multa no valor corresponde a um salário mínimo vigente.</p>
<p>43. De acordo com a Lei nº 9.784/99, considere:</p> <p>I. Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão dificultar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.</p> <p>II. Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que seja interessado ou não, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.</p> <p>III. Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.</p> <p>IV. Fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.</p> <p>É correto afirmar que, perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados, o administrado tem os direitos apontados APENAS em</p> <p>(A) I e IV.          (B) I e II.          (C) I e III.          (D) III e IV.          (E) II e IV.</p>	<p>46. Segundo a Lei nº 8.429/92, frustrar a licitude de concursos públicos constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública. Nesse caso, independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, o responsável por esse ato de improbidade não poderá receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de</p> <p>(A) três anos.          (B) cinco anos.          (C) sete anos.          (D) nove anos.          (E) dez anos.</p> <p>47. Em tema de direitos e garantias fundamentais, é INCORRETO que</p> <p>(A) não haverá júízo ou tribunal de exceção.          (B) constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.          (C) a prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível, sujeito às penas de reclusão, detenção ou multa.          (D) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.          (E) não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.</p>

<p>48. Quanto aos Direitos Sociais previstos na Constituição Federal considere:</p> <p>I. com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.</p> <p>II. superior, no mínimo, em cinqüenta por cento à do normal.</p> <p>III. no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.</p> <p>Tais assertivas correspondem, respectivamente:</p> <p>(A) décimo terceiro salário para os que percebem remuneração variável; remuneração do trabalho diurno superior à do noturno e gozo de férias anuais remuneradas.</p> <p>(B) remuneração do trabalho diurno superior à do noturno; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e remuneração do serviço extraordinário.</p> <p>(C) gozo de férias anuais remuneradas; remuneração do serviço extraordinário; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.</p> <p>(D) remuneração do serviço extraordinário, aviso prévio proporcional do tempo de contribuição e décimo terceiro salário.</p> <p>(E) garantia do piso salarial proporcional à extensão do trabalho; décimo terceiro salário e seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.</p>	<p>51. Considere:</p> <p>I. Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.</p> <p>II. Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.</p> <p>III. Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>IV. Autorizar o Vice-Presidente da República a se ausentar do País, quando a ausência exceder a quinze dias.</p> <p>Tais assertivas correspondem, respectivamente, à competência privativa ou exclusiva</p> <p>(A) da Câmara dos Deputados; do Senado Federal; do Senado Federal e do Congresso Nacional.</p> <p>(B) do Senado Federal; da Câmara dos Deputados; do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados.</p> <p>(C) do Congresso Nacional; da Câmara dos Deputados; do Senado Federal e do Senado Federal.</p> <p>(D) da Câmara dos Deputados; do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.</p> <p>(E) do Senado Federal; do Senado Federal; do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados.</p>
<p>49. Dentre outros é privativo de brasileiro nato os cargos de</p> <p>(A) Ministro de Estado da Fazenda.</p> <p>(B) Senador da República.</p> <p>(C) Governador de Estado.</p> <p>(D) Oficial das Forças Armadas.</p> <p>(E) Deputado Federal.</p>	<p>52. NÃO tem legitimidade para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade</p> <p>(A) o Advogado-Geral da União.</p> <p>(B) o Presidente da República.</p> <p>(C) a Mesa da Câmara dos Deputados.</p> <p>(D) o Procurador-Geral da República.</p> <p>(E) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.</p>
<p>50. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao ..... da representação do Estado ..... e, atingido o número de ....., será acrescido de tantos quantos forem os ..... acima de ..... .</p> <p>Para completar corretamente o texto, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por</p> <p>(A) dobro - na Câmara dos Deputados - vinte e um - Senadores - três.</p> <p>(B) dobro - no Senado Federal - vinte e quatro - Deputados Federais - quatro.</p> <p>(C) triplo - na Câmara dos Deputados - onze - Deputados Federais - oito.</p> <p>(D) triplo - no Senado Federal - quinze - Senadores - dois.</p> <p>(E) triplo - na Câmara dos Deputados - trinta e seis - Deputados Federais - doze.</p>	<p>53. No que concerne ao instituto da ausência, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar que:</p> <p>(A) Em regra, a curadoria dos bens dos ausentes incumbe aos descendentes, aos ascendentes ou ao cônjuge não separado judicialmente, nesta ordem.</p> <p>(B) Os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipoteca, quando o ordene o juiz, para lhes evitar a ruína.</p> <p>(C) Decorridos dois anos da arrecadação dos bens do ausente, se este deixou representante ou procurador, os interessados poderão requerer a abertura da sucessão provisória.</p> <p>(D) A sucessão definitiva poderá ser requerida se o ausente conta com 75 (setenta e cinco) anos de idade, e que de três anos datam as últimas notícias dele.</p> <p>(E) Para entrar na posse dos bens do ausente todos os herdeiros deverão necessariamente dar garantias, mediante penhores ou hipotecas equivalentes aos quinhões respectivos.</p>

<p>54. De acordo com o Código Civil Brasileiro a pretensão de reparação civil prescreve em</p> <p>(A) dois anos.                  (B) cinco anos.                  (C) dez anos.                  (D) três anos.                  (E) quatro anos.</p>	<p>58. Com relação aos negócios jurídicos, especificamente sobre a Condição, Termo e Encargo, é correto afirmar:</p> <p>(A) Ao titular de direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, não é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.                  (B) O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.                  (C) Salvo disposição legal ou convencional em contrário, contam-se os prazos, incluído o dia do começo e excluído o do vencimento.                  (D) Em regra, nos contratos presume-se o prazo em proveito do credor e nos testamentos em favor dos herdeiros.                  (E) O termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.</p>
<p>55. No que concerne à evicção, nos termos preconizados pelo Código Civil, é certo que</p> <p>(A) apenas as benfeitorias necessárias, não abonadas ao que sofreu a evicção, serão pagas pelo alienante.                  (B) o alienante não responde pela evicção nos contratos onerosos se a aquisição se tenha realizado em hasta pública.                  (C) sendo ela parcial, mas não considerável, caberá ao evicto somente direito à indenização.                  (D) o adquirente poderá demandar pela evicção, se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.                  (E) havendo cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, o evicto não terá direito de receber o preço que pagou pela coisa evicta, se não soube do risco da evicção.</p>	<p>59. Analise as seguintes assertivas sobre as obrigações de dar coisa certa e incerta:</p> <p>I. Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.                  II. Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais não poderá exigir aumento do preço.                  III. Se a coisa restituível se deteriorar sem culpa do devedor, recebê-la-á o credor, tal qual se ache, sem direito a indenização.                  IV. Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, na obrigação de dar coisa incerta, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.</p> <p>De acordo com o Código Civil é correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) II e III.                  (B) II, III e IV.                  (C) I, III e IV.                  (D) I, II e IV.                  (E) I e III.</p>
<p>56. Considere as seguintes assertivas sobre o pagamento no direito das obrigações:</p> <p>I. A entrega do título ao devedor firma a presunção de pagamento, mas a quitação ficará sem efeito se o credor provar, em noventa dias, a falta do pagamento.                  II. O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor.                  III. Ao credor assistirá o direito de cobrar a dívida antes de vencido o prazo estipulado no contrato se os bens, hipotecados ou empenhados, forem penhorados em execução por outro credor.                  IV. Não vale o pagamento ciente feito ao credor incapaz de quitar, se o devedor não provar que em benefício dele efetivamente reverteu.</p> <p>De acordo com o Código Civil Brasileiro é correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e III.                  (B) II e IV.                  (C) II e III.                  (D) II, III e IV.                  (E) I, III e IV.</p>	<p>60. O prazo decadencial para anular constituição de pessoa jurídica de direito privado, por defeito do ato respectivo, é de</p> <p>(A) um ano, contado o prazo da data do protocolo de inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.                  (B) cinco anos, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.                  (C) três anos, contado o prazo da data do protocolo de inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.                  (D) cinco anos, contado o prazo da data do protocolo de inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.                  (E) três anos, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.</p>
<p>57. Nos termos estabelecidos pela legislação civil brasileira, NÃO cessará para os menores a incapacidade</p> <p>(A) pela existência de relação de emprego e em função dele, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.                  (B) pela concessão dos pais, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, se o menor tiver dezesseis anos completos.                  (C) pela colação de grau em curso de ensino superior.                  (D) pelo exercício de emprego público efetivo.                  (E) pelo casamento.</p>	

